

Fenajufe e Sisejufe convocam para o 1º Encontro Nacional sobre Jornada de 6 horas

Fotos: Henri Figueiredo



Valter, diretor do Sisejufe e da Fenajufe, Ponciano e Wadih: conversa sobre o recesso e sobre problemas do TRT

Sisejufe vai à OAB por mudanças no TRT

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano estiveram reunidos na manhã de quinta-feira, 19 de junho, com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Wadih Damous, para tratar do projeto do recesso do Judiciário e sobre o aumento do horário de atendimento no balcão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro – que foi solicitado pela OAB-RJ.

Do encontro, um consenso: Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro vai de mal a pior e é hora de todos unirem esforços para mudar a situação.

Na tarde de quinta-feira, 19 de junho, o Sisejufe esteve representado pelos diretores Nilton Pinheiro e Roberto Ponciano em reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) para discutir os problemas causados pelo atual sistema de acompanhamento processual (SA-PWeb) adotado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região. A reunião foi coordenada pelo secretário-geral da OAB-RJ Marcos Luiz Souza e contou com a presença do decano da Ordem no Rio de Janeiro, advogado Celso Soares, da advogada trabalhista Rita Cortez, do pre-

sidente do Sindicato dos Advogados Sérgio Batalha Mendes, do presidente da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT) Hildebrando Barbosa de Carvalho e da servidora da área da Saúde do TRT Grace Alves Ferreira, no ato representando a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho (ASJT).

No encontro foi decidida a realização de ato público na quarta, 25 de junho, na Rua do Lavradio, em protesto contra o caos da Justiça do Trabalho.

páginas 4 e 5

Nos dias 11 e 12 de julho, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) promove o 1º Encontro Nacional sobre Jornada de 6 horas, no Sisejufe. A escolha do sindicato do Rio de Janeiro para sediar o encontro se deu em função do pioneirismo ao tratar do tema – ainda em 2005 houve no Sisejufe um seminário sobre a redução da jornada. O evento acontecerá no auditório do Sisejufe e terá início às 19h de sexta-feira, 11 de julho. No sábado, 12 de julho, o encontro começa às 9h. Os interessados em participar do evento devem se inscrever até o dia 3 de julho através do endereço eletrônico contato@sisejuferrj.org.br. Em 1º de junho, o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves tomou posse na Diretoria Executiva da Fenajufe. “O Rio de Janeiro tem um dos sindicatos do Judiciário Federal mais destacados no cenário nacional com lutas contra o assédio moral, pela redução da jornada para 6 horas – em que fomos pioneiros –, e pela estruturação da segurança judiciária. A presença do Sisejufe na diretoria executiva da Fenajufe vem contribuir para o aprofundamento destas lutas”, diz Valter.



OAB e Sisejufe: críticas à Administração do TRT e propostas para mudar

LEIA TAMBÉM

Editorial: processo eleitoral em andamento

página 2

Sindicato cobra URV e Quintos do TRT

página 3

Caso Anderson Luiz: dois anos de impunidade

página 6

TRF vai pagar reembolso de auxílio-saúde

página 7

Oficiais de Justiça reclamam de planilha

página 7

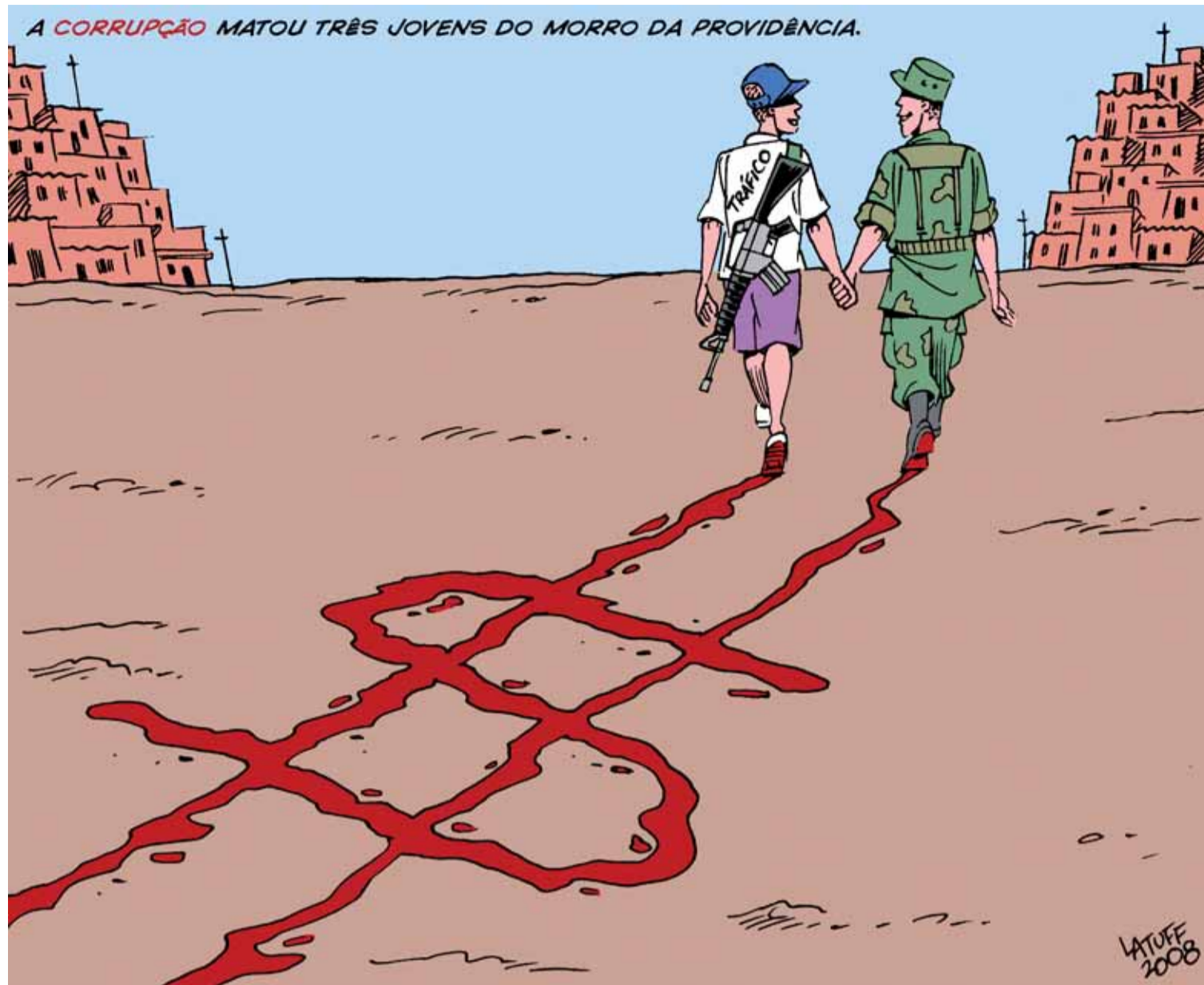
Editorial

A categoria dos servidores do Judiciário Federal no Estado do Rio de Janeiro, reunida em assembleia na noite de quarta-feira, 11 de junho, na sede do sindicato, elegeu a comissão eleitoral que está coordenando o pleito para a direção do Sisejufe no triênio 2008-2011.

A comissão eleitoral é formada pelos servidores André Gustavo Souza Silveira da Silva (do TRF), Flávio Braga Prieto da Silva (Justiça Federal) e Maria do Amparo de Sousa (Justiça Federal). A assembleia decidiu, também, que as datas das eleições serão nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2008 quando, pelo estatuto, deverão participar 50% mais um dos sindicalizados.

No dia 12 de junho, foi divulgado o Edital de Eleições com o calendário completo e os prazos de inscrição de chapas aprovados na assembleia (todas as informações podem ser encontradas na página de Internet do Sisejufe).

O prazo de inscrição de chapas abriu no dia 13 de junho e se encerra no dia 27 de junho, às 18h. As chapas sindicais podem se inscrever na secretaria do sindicato. Os mesmos prazos valem para os concorrentes a representantes sindicais, cuja inscrição é individual e não por chapas – conforme planilha divulgada na página de Internet do Sisejufe e que estabelece o número de representantes por cidade e por local de trabalho.



Sindicato apóia movimento pelo PL 5.829/2005

Justiça Federal

Objetivo é a implantação de 230 novas varas e juizados

A sexta-feira, 20 de junho, marcou o início de uma parceria entre o Sisejufe e o Movimento pela Aprovação do PL 5.829/2005. Em reunião na sede do sindicato, a direção do Sisejufe e integrantes do movimento (concurandos e servidores na luta pela aprovação do projeto de lei) estabeleceram uma agenda comum para pressionar o Congresso. O PL 5.829/2005 prevê a implantação de 230 novas varas e juizados especiais federais em todo o país e está em tramitação na Câmara dos Deputados desde agosto de 2005. O projeto de lei já passou por todas as comissões e aguarda em regime de prioridade para ser incluído na Ordem do Dia e votado em Plenário. Atualmente, é a proposição mais acessada na página da Câmara



Foto: Henri Figueiredo

No Sisejufe: Movimento pela Aprovação do PL 5.829/2005 reuniu-se com diretor liberado do sindicato

ra dos Deputados na Internet.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano é favorável ao movimento e, na reunião, afirmou que contribuirá para que o projeto de lei seja votado. “Colocamos à disposição dos integrantes do movimento o nosso auditório para encon-

tros, palestras e reuniões sobre o tema”, diz Ponciano. Segundo ele, um dos entraves à aprovação do PL é a falta de orçamento da União.

Embora esteja na previsão orçamentária para o ano de 2008, falta a efetiva liberação da verba pelo poder público.

O Sisejufe vai discutir a possibilidade de integrar comissão que vai acompanhar o movimento em sua ida à Brasília. O objetivo da viagem é pressionar para a inclusão do projeto na pauta da Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar, a partir de 17 de julho.

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Thais Vilela (Estagiária de Jornalismo) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado,
8 mil exemplares.

DGD Artes
Gráficas Ltda

Lendas urbanas sobre a jornada de 6 horas e a reificação do homem

Redução da Jornada

Eu questiono: ganhar bem e ser prisioneiro do próprio trabalho serve para quê?

Roberto Ponciano*

O título deste texto mistura um conceito filosófico com as famosas lendas urbanas, exatamente para tentar desmitificar a questão da redução da jornada. Eu tenho labutado praticamente toda a minha vida sindical (seis anos na direção do Sisejufe e antes) pela redução da jornada de trabalho. Deste labor saíram já três cartilhas, vários textos teóricos aprovados em Congressos e Plenárias da Fenajufe (sempre por unanimidade, ainda que eu tenha lá minhas dúvidas de que as pessoas leiam na íntegra o que aprovam), um seminário de redução da jornada de trabalho promovido pelo Sisejufe e, agora, por indicação da bancada fluminense no último Congresso da Fenajufe, o 1º Encontro Nacional sobre Jornada de 6 horas.

Nestes muitos anos de luta pelas seis horas, eu sempre bati na mesma tecla. A primeira tarefa para conseguir a redução da jornada é convencer o trabalhador de que esta luta é justa e é factível, possível. Anos de educação para o “trabalho” nos ensinam a crer que vivemos

para trabalhar em lugar de trabalhar para viver. Que nossa vida só tem sentido quando estamos em um trabalho mecânico e compulsivo, que somos peças de uma engrenagem e não seres humanos com aspirações, sonhos, esperanças, necessidades especiais, de carinho, amor, arte, poesia, lazer ou puro e simples ócio. Pode parecer especulação, mas não o é, é todo o cerne da questão. Muitas pessoas temem o tempo livre, porque simplesmente não tem o que fazer com ele, tempo livre para eles significa culpa e solidão, pois se programaram a uma espécie de vida que é trabalho-casa-trabalho-casa-trabalho.

Assim, surgem as lendas urbanas contra as seis horas, contra a redução da jornada, mitos que servem apenas para afastar a discussão racional de reduzir a carga horária de trabalho para melhorar a vida e a saúde, já que as seis horas não têm contra indicação.

Um dos primeiros mitos, surgidos do nada, é de que os trabalhadores perderiam o vale-refeição, com a redução da jornada ou, sim-

plesmente, teriam seus salários reduzidos. Duas grandes mentiras. A primeira porque não existe relação entre auxílio-alimentação e horas trabalhadas. A segunda porque a Constituição Federal proíbe a redução dos vencimentos e o sindicato jamais faria um acordo deste tipo.

Outro mito é que com as seis horas, por abrirmos mais postos de trabalho (o que é positivo, ao tirarmos trabalhadores do desemprego ou do mercado informal e por melhor atendermos a população) perderíamos força na luta salarial. Com o acréscimo no número de servidores, o orçamento com funcionalismo aumentaria e dificultaria a negociação. Seguindo este raciocínio, teríamos que seguir a cartilha DEMO neo-liberal de Estado Mínimo, que tantas desgraças trouxe ao país. Teríamos uma pequena elite de servidores públicos.

Entrei no Judiciário Federal em 1997. A Justiça Federal tinha um terço do tamanho atual, o TRE praticamente não tinha quadro próprio; já o TRT, tinha quase o mesmo tamanho. A JF triplicou de tamanho, o TRE

mais que quintuplicou o número de servidores. Pela lógica de quem pensa que mais servidores é igual menos força de negociação, deveríamos ter tido o salário reduzido. Todavia, com o aumento do quadro negociamos o PCS2, o PCS3, a GAJ de 30% e fizemos nossa remuneração ganhar de goleada da inflação. Em resumo, o crescimento do quadro deu mais força à luta salarial. Mais trabalhadores fazem mais barulho e têm mais força de luta e não o contrário, fraqueza e pequenez nunca vai ser força.

Por que, então, misturo lenda urbana com um conceito filosófico, a “reificação do homem”? Reificar é tornar à realidade o homem alienado no processo brutal de trabalho, que devido a sua monotonia, repetição e falta de tempo para reflexão faz com que o ser humano perca seu sentido de conjunto, sua humanidade e vire um mero parafuso do sistema. É que estas lendas urbanas são introjeções (como se fala em psicanálise) de um medo irracional. Nos acostumamos tanto a ser ferramenta, que para alguns é incômodo separar com sua própria e frá-

gil humanidade. Reagem e até dizem: “para mim tanto faz trabalhar 12 horas por dia, desde que eu ganhe bem”.

E eu questiono: ganhar bem e ser prisioneiro do próprio trabalho serve para quê? Temos que conciliar as duas coisas, ganhar dignamente e ter tempo para viver, respirar, ver o sol nascer, ver a lua chegar, estudar, escutar música, curtir nossas companheiras, companheiros, nossos filhos, famílias e amigos. Não é sensato ou humano trabalhar até se estafar, prisioneiros de nossas próprias funções como se nós existíssemos apenas para fazer alguma máquina do sistema girar. Não somos máquinas, homens é o que somos. Este é o grande desafio das seis horas, reduzir a jornada para reificar o que há de humano em nós, para que possamos recuperar o sentido de nossas próprias vidas.

*Diretor do Sisejufe, escritor, contista e poeta. Luta pelas seis horas não por uma questão puramente política, mas porque acredita que não vale à pena ser escravo bem remunerado trabalhando sem direito a viver.

Sindicato cobra passivos do TRT

Após a informação de que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) enviou verba com destinação específica para pagamento de passivos (URV e Quintos), o Sisejufe oficiou na sexta-feira, 20 de junho, à presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) requerendo especificações sobre o montante recebido e a previsão de pagamento, assim como

a informação de quais os períodos em que os passivos serão quitados.

No ofício 184/2008, o sindicato informa que atuará como fiscal da destinação das verbas do tribunal e que, caso elas não sejam destinadas ao que foi determinado pelo CSJT, formulará denúncia nos órgãos superiores contra o TRT da 1ª Região.

Sisejufe impetra novo mandado de injunção no STF

Após ter ingressado com mandado de injunção para os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, o Sisejufe ingressou em 12 de junho com mandado de injunção em benefício dos seus sindicalizados Agentes e Inspectores de Segurança de todos os órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro, pleitando aposentadoria especial de 30 (trinta) anos para homem e 25 (vinte e

cinco) anos para mulher. O processo recebeu a numeração MI 840. A medida foi proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, competente para suprir a lacuna normativa, fruto da inexistência de lei complementar que regulamente os requisitos e critérios diferenciados da aposentadoria daqueles que desempenham atividade de risco (artigo 40, § 4º, II, da CF/88).

Presidente da OAB-RJ concorda com Sisejufe sobre recesso

PL 6/2007

Wadih Damous também criticou sistema de acompanhamento processual do TRT

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano estiveram reunidos na manhã de quinta-feira, 19 de junho, com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Wadih Damous, para tratar do projeto do recesso do Judiciário e sobre o aumento do horário de atendimento no balcão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro – que foi solicitado pela OAB-RJ.

A primeira questão discutida foi a do Projeto de Lei 6/2007, que trata do recesso do Poder Judiciário, do deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RJ), que estende o recesso aos demais órgãos do Poder Judiciário Estadual, já que hoje o recesso está disciplinado na Lei 5.010/66 que organiza a Justiça Federal. Após ser aprovado pela Câmara, o projeto seguiu para o Senado e teve como relator Pedro Simon (PMDB-RJ) que, por não concordar com o projeto original, propôs o substitutivo acabando com o recesso e instituindo a suspensão dos prazos processuais de 20 de dezembro a 20 de janeiro. O substitutivo, da maneira como se encontra, além de retirar dos servidores o recesso, não vai favorecer o descanso dos advogados, muito menos contribuirá com a celeridade processual, haja vista que a Justiça

estará aberta mas não julgará – o que não se justifica, visto que o custo para se manter toda a estrutura do Poder Judiciário em funcionamento é alto e não terá o devido retorno à sociedade.

O presidente da OAB-RJ disse que concorda com o Colégio de Presidentes da OAB em encampar a idéia do projeto original do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RJ), que é de que no Judiciário Estadual, assim como no Federal, seja feriado de 20 de dezembro ao dia 6 de janeiro. Wadih Damous disse que vai conversar a respeito com o presidente da OAB Nacional, Cezar Britto. O presidente da OAB-RJ, alertou que, ainda que o Colégio de Presidentes da OAB tenha se pronunciado a favor do recesso pleno, este é um órgão consultivo, e quem delibera sobre posições da OAB Nacional é Conselho Federal da Ordem.

Balcão do TRT

Os diretores do Sisejufe expuseram ao presidente da OAB-RJ as precárias condições de trabalho dos servidores do TRT que têm excesso de processos, poucos servidores por cartório, sistema processual ineficiente (SAPWeb) e recente aumento na carga horária. Há uma insatisfação dos servi-



Sisejufe na OAB: Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano estiveram com Wadih Damous (de azul) no dia 19 de junho

dores do TRT com a quantidade de trabalho e a excessiva jornada de trabalho, o que não abre espaço para ampliar o tempo de atendimento no balcão do tribunal – o que é um pleito dos advogados.

Valter Nogueira Alves, que é membro da Diretoria Executiva da Fenajufe, relaciona a possibilidade de ampliação do atendimento do balcão com a necessária redução da jornada de trabalho para 6 horas, o que possibilitaria dois turnos de atendimento, com servidores mais descansados, otimização de utilização dos recursos do TRT e agilidade no processamento – como já demonstrado na experiência do TRT da

4ª Região. Wadih Damous ponderou que o aumento do horário de atendimento nos cartórios do tribunal é uma reivindicação dos advogados, mas que vê com simpatia a reivindicação do Sisejufe. Damous sugeriu que o sindicato descreva, por escrito, as reivindicações dos servidores do TRT e formalize o pedido de apoio à redução da jornada para que ele possa apresentar à diretoria da OAB e buscar, assim, apoio para a causa.

O Sisejufe e a OAB concordam, desde já, que o sistema de acompanhamento processual SAPWeb, implantado no TRT ao custo de R\$ 4,7 milhões (até agora), está inviabilizando o trabalho dos servidores e dos advogados e que é urgente a troca desse sistema por outro que funcione. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano lembrou a Damous que há um sistema de processamento de dados nacional, rejeitado pelo TRT. O sindicato estuda entrar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com uma representação contra o TRT, e pedirá o apoio da OAB para isto. Na tarde de quinta-feira, 19 de junho, uma reunião da sede da OAB-RJ, discutiu ações para se enfrentar o desastre que é o SAPWeb do TRT.

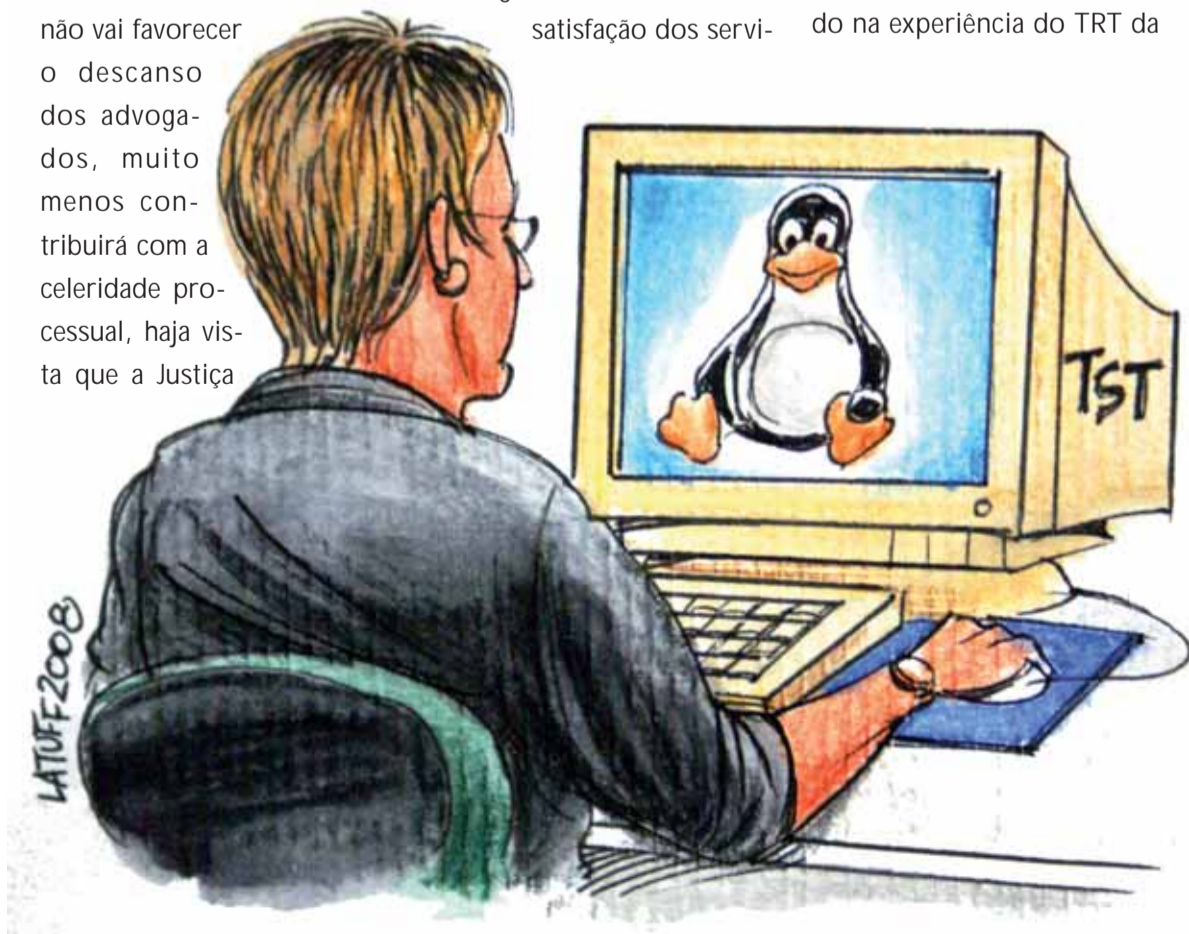
O Sisejufe e a OAB firmaram intenção de estreitar laços em lutas conjuntas como, por exemplo, na questão dos direitos humanos, aumento no número de servidores nos tribunais, criação de varas e vagas, combate ao nepotismo, transparência na coisa pública – demonstrando que há muitos pontos de entendimentos políticos entre as duas diretorias, já que ambas atuam no campo do avanço dos direitos sociais e trabalhistas.

*Da Redação.



Celso Soares:

“O que vemos é a Justiça do Trabalho enfrentando os imperativos do capital internacional e adotando outras práticas como a de reduzir o investimento em informática, a informática é a culminância dos problemas sérios de andamento do processo em que o TRT da 1ª Região era o melhor, a dúvida, o pior do país.”



TRT em situação inusitada: é preciso parar para andar!

Justiça do Trabalho Sisejufe aproveita movimento para cobrar passivos e redução da jornada

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Em encontro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), na tarde de 19 de junho, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano expôs aos presentes que o sindicato já tinha alertado à administração do TRT de que o sistema SAPWeb criaria problemas. “Existe um projeto nacional de criação de uma plataforma unificada para todos os TRTs, proposto pelo TST e pelo CSJT. O que acontece na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro é que milhões de reais de dinheiro público estão sendo jogados na lata do lixo. Na Justiça Federal, por exemplo, o Sistema Apolo está sendo abandonado por total ineficiência. É o que vemos acontecendo desde já com o SAPWeb do TRT”, relata Ponciano.

O diretor do Sisejufe lembrou também que muitas propostas do sindicato à presidente do TRT são rechaçadas, como a redução da jornada de trabalho para 6 horas, com dois turnos, o que possibilitaria maior tempo de atendimento de balcão, como desejam os advogados, sem sobre-

carga de trabalho para os servidores. “A desembargadora Doris Castro Neves já comparou o trabalho dos servidores da JT ao de comerciários. De acordo com ela, se comerciários trabalham 8 horas em pé e com baixos salários, então os servidores da JT poderiam também ter uma carga horária maior”, lembrou Ponciano.

O secretário-geral da OAB-RJ Marcos Luiz de Souza confirmou a informação de que houve uma recomendação expressa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que tal sistema não fosse implantado no TRT da 1ª Região. “Chegamos à conclusão de que é necessário acionar o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)”, diz Marcos Luiz. Para ele, o processo de contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para assessorar a administração do TRT foi extremamente autoritário e só agravou os problemas que já existiam no tribunal. “Os técnicos da FGV só contactavam a direção do tribunal e não ouviam mais ninguém, nem funcionários, nem advogados”, afirma o secretário-geral.

Opinião semelhante tem o decano da OAB-RJ, advogado Celso Soares. “O que vemos é a Justiça do Trabalho brasileira se curvando aos imperativos do capital internacional e se rendendo a terceirizações e outras práticas como a de reduzir o pessoal. O problema não é só a informática, a informática é a culminância. Há muito o TRT vem com problemas sérios de andamento de processos. Agora piorou”, reclama Soares. De acordo com ele, a Justiça do Trabalho está quase parando e precisa andar. “Estamos numa situação muito curiosa, talvez sejamos obrigados a fazer uma greve para exigir que a Justiça ande. Geralmente greve é para paralisar. Nosso protesto é ao contrário: parar para andar! Uma novidade na prática dos movimen-



Críticas à Administração do TRT: diretor Nilton Pinheiro participa de debate sobre o caos causado pelo SAPWeb

tos sociais – podemos entrar na história das lutas sociais como pioneiros nessa palavra de ordem: parar para andar!”, diz Celso Soares. Ele completa: “O bom de ser decano é que eu lembro da época em que o TRT da 1ª Região era o melhor do Brasil. Hoje é, sem dúvida, o pior do país”.

A servidora da área da Saúde do TRT Grace Alves Ferreira, na reunião representando a ASJT, lembrou que somente em locais muito pequenos, como Magé, o sistema está funcionando, já que há poucas petições iniciais. “Achamos cruel a opção de terem começado a implantação pelo interior. O sistema já está paralisado. O TRT passou a dois anos por uma reforma que diminuiu muito o quadro administrativo. Sobre essa diminuição do quadro é que foi realiza-

da a implantação do SAPWeb”, disse Grace.

O diretor do Sisejufe Nilton Pinheiro, que é agente de segurança do TRT, lembra que quando o tribunal decidiu pela implantação do SAPWeb, contrariando recomendação do TST, chegou a ouvir que “Brasília se curvaria ao sistema do Rio de Janeiro”. “Diante de uma fala assim, não é possível argumentar”, diz Nilton, “até porque, hoje, na página do TRT na Internet há um link para que se tire dúvidas em relação ao SAPWeb. O problema é que como o sistema está constantemente fora do ar, não há como acessar o link e tirar as dúvidas”, exemplifica. Pinheiro também indica que, de acordo com as estatísticas, a distribuição bruta de processos em segundo grau,

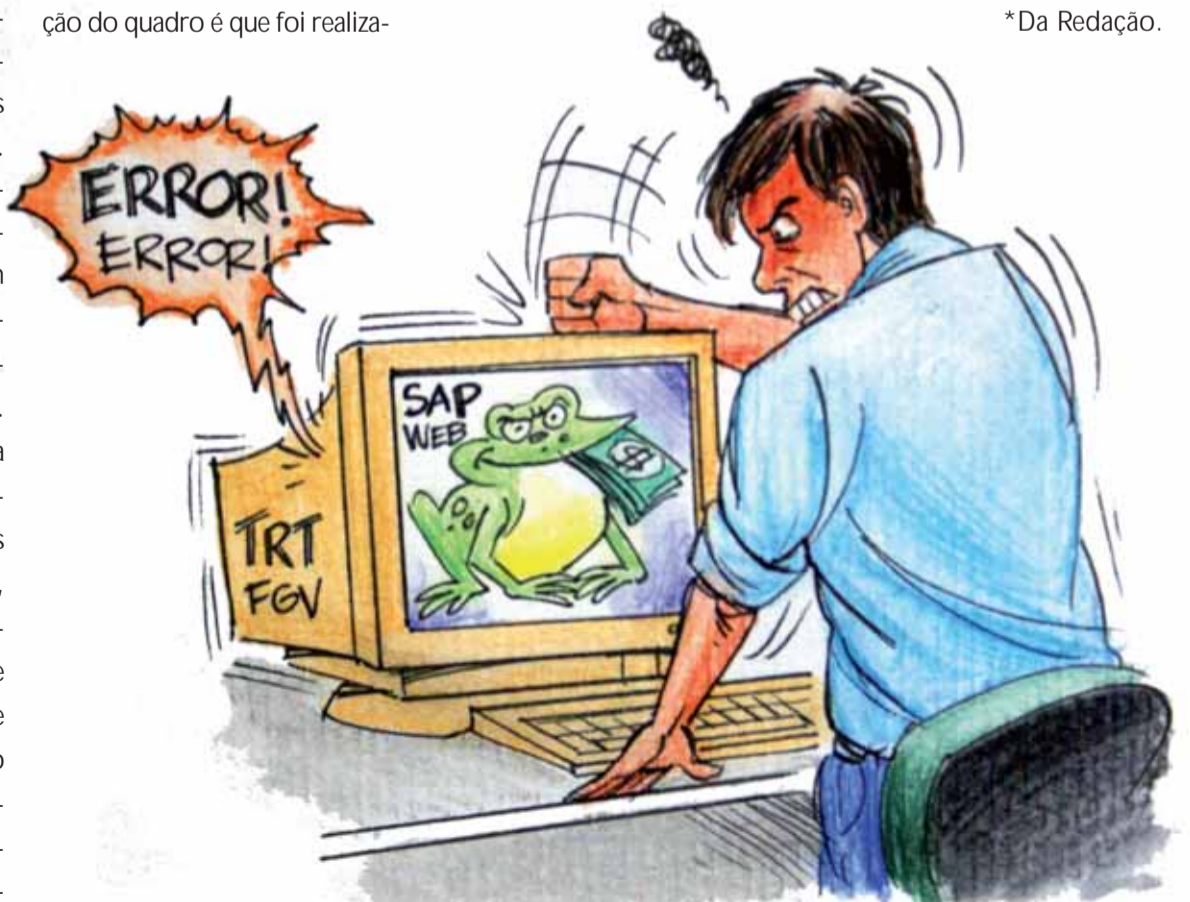
desde janeiro, vem caindo. E que, com a ampliação da carga horária no tribunal, caiu ainda mais.

Roberto Ponciano, do Sisejufe, afirmou que o caminho das entidades deve ser o acionamento do CSJT e do Ministério Público porque o gasto (de quase R\$ 5 milhões, até agora) tem de ser apurado. “O contrato para a implantação do SAPWeb é um verdadeiro buraco negro do dinheiro público e, a exemplo do Sistema Apolo, da Justiça Federal, cada vez que há um problema no sistema é preciso pagar a empresa que instalou para resolver a falha que eles próprios criaram. São contratos que parecem fábricas de dinheiro para empresas privadas”, critica Ponciano.

*Da Redação.



alho brasileira se curvando aos
al e se rendendo a terceirizações e
o pessoal. O problema não é só a
inância. Há muito o TRT vem com
e processos. (...) Lembro da época
melhor do Brasil. Hoje é, sem



Dois anos de impunidade e descaso

Caso Anderson Luiz Comitê cobrará responsabilidade do governo Sérgio Cabral pela apuração do crime

Foto: Internet



Anderson Luiz

Max Leone*

Dois anos se passaram – completados no último dia 10 de abril – e até agora nada foi feito para apurar o assassinato do sindicalista Anderson Luiz Souza Santos, então com 30 anos e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Frios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense (Sintrafrio-RJ). Diante de tanta passividade das autoridades, o Comitê pela Apuração do Assassinato de Anderson resolveu intensificar a campanha de moções que será dirigida diretamente ao governador Sérgio Cabral. No mês passado, representantes do comitê protocolaram pedido de audiência ao Palácio Guanabara. O objetivo é pressionar o estado e fazer as investigações evoluírem, tirando os responsáveis pelo caso da inércia. O comitê também vai intensificar a divulgação da história de Anderson em toda imprensa e nos movimentos sociais.

O pedido de audiência com o governador está assinado por diversos dirigentes sindicais do Rio. O documento foi elaborado no dia 29 de abril deste ano, em atividade realizada pela CUT-RJ. Entre os que assinaram estão o presidente Nacional da CUT, Arthur Henrique, a presidente estadual da CUT-RJ, Neuza Luzia Pinto e o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Vinícius Assumpção. O pedido foi levado ao governador pelo deputado estadual Alessandro Molon e pelo presidente estadual do partido do PT, Alberto Cantalice. O comitê quer aproveitar que o ministro da Justiça Tarso Genro virá ao Rio para uma reunião com o governador Sérgio Cabral. A idéia é abordar novamente a possibilidade de a Polícia Federal ajudar nas investigações do caso.

Trajatória de luta

Presidente do Sintrafrio-RJ, diretor da Contac-CUT, militante anti-racismo, filiado ao PT (fazia parte da corrente O Trabalho), Anderson foi assassinado a tiros no porta de sua casa em São João de Meriti em 10 de abril de 2006. Até hoje nenhum suspeito foi preso. Familiares e amigos fundaram, uma semana depois do assassinato, o Comitê Anderson. Foi,

então, o pontapé inicial de uma campanha nacional e internacional para cobrar a apuração por parte das autoridades e a prisão dos assassinos. A campanha conta com a participação de centenas de entidades nacionais e internacionais.

No dia 2 de julho de 2007, sem ainda ter acontecido um avanço nas investigações, o ministro Tarso Genro recebeu o Comitê Anderson e a CUT em reunião. Tarso informou que seria necessária que fosse feito pedido por parte do governo do estado para que a Polícia Federal acompanhasse o caso, assim como fora feito, com bons resultados,

na apuração do assassinato da irmã Dorothy Stang, a pedido do governo do Estado do Pará. A sugestão acabou recusada pela Chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Os participantes do comitê chegaram a ter uma audiência, no dia 11 de março deste ano, com o então subsecretário de Direitos Humanos, Lourival Casula. Na ocasião, pediram que fosse levantado o inquérito das investigações do caso. De acordo com o comitê, no entanto, “até o momento o que pôde ser feito foi uma busca para localizar o inquérito que saiu de São João de Meriti passou por Belford Roxo e deve estar agora em Nova Iguaçu”. “Efetivamen-

te não se sabe ao certo quais são os rumos das investigações, tudo indica que elas estão paralisadas”, avalia Christiane Granha, coordenadora do comitê.

No dia 4 de maio, o comitê lançou um documento para que todas as entidades sindicais reforcem o pedido de audiência com o governador. Segundo o comitê, após dois anos sem uma solução para caso, a responsabilidade está toda nas mãos do governador Sérgio Cabral. Cópia do documento também deve ser enviada ao Ministério da Justiça, em Brasília.

*Da Redação.

Veja como e para quem enviar o documento

Governo do Rio

lurodrigues@gabgovernador.rj.gov.br
governador@governador.rj.gov.br

Ministério da Justiça:

gabinetedoministro@mj.gov.br
protocolo@planalto.gov.br

Com cópia: comiteanderson@grupos.com.br
secretaria@cutrj.org.br

Exmo Sr. Governador Sérgio Cabral,

Nós, abaixo-assinados, solicitamos que o Sr. nos receba em Audiência, o mais rápido possível, para que sejamos informados do andamento das investigações sobre o assassinato do sindicalista Anderson Luiz. No dia 10 de abril fez dois anos da morte de Anderson Luiz Souza Santos, presidente do Sintrafrio-RJ, diretor da Contac-CUT. Anderson foi vítima de um brutal assassinato que continua sem solução. Tinha 30 anos. Era militante do Partido dos Trabalhadores,

fez parte do PVNC (pré-vestibular para negros e carentes), da Pastoral Negra e da Pastoral da Juventude em São João de Meriti. Seu assassinato continua sem solução e sem respostas das autoridades. Consideramos inadmissível que o assassinato um militante da CUT e do Partido dos Trabalhadores continue sem solução ainda no seu Governo. Desta forma, na audiência, que temos certeza que o Sr. nos concederá, solicitamos: – Informações precisas sobre o andamento das investigações; – Que a polícia do Rio de Janeiro aceite a colaboração da Polícia Federal nas investigações, conforme foi oferecida pelo Ministro Tarso Genro em julho de 2007. Temos certeza que o Sr. Governador considerará nossa indignação com a falta de solução para o assassinato de um dos nossos e nos receberá brevemente em audiência. (Assinaturas)

Campanha de Carência Zero Sisejufe-Unimed

Auxílio-saúde

Sindicalizados podem migrar de plano apresentando documentos à Corretora Vectorial

Após a administração do TRF da 2ª Região mudar o plano de saúde da Golden Cross para a Brasil Saúde e, com isso, causar insatisfação na maioria dos servidores ligados ao órgão, o Sisejufe negociou com a Unimed, com quem

mantém convênio, a adesão com carência zero para qualquer sindicalizado da Justiça Federal que migrar para o nosso plano.

É necessário que o servidor encaminhe à corretora Vectorial (Rua da

Assembléia 77, 15º andar, (21) 2158.0558/0559) a documentação necessária junto com uma declaração do TRF ou da JF de que era associado à Golden Cross com todos os dependentes e agregados. Ou, então, apresentar uma cópia

do contracheque de março e cópia de todas as carteiras do referido plano de saúde (titular, dependentes e agregados).

A única exceção em relação à campanha “Carência Zero”, interposta

pela Unimed, é relacionada aos partos.

Nestes casos, a Unimed segue a regulamentação da Agência Nacional de Saúde (ANS) que estabelece 10 meses de adesão ao plano para cobertura de partos.

Servidores não querem planilha inútil

Oficiais de Justiça Sindicato busca o diálogo com a direção do Foro para manter critérios atuais

Na manhã de quinta-feira, 20 de junho, o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, esteve reunido com um grupo de 40 oficiais de justiça, na Central de Mandados da Justiça Federal da avenida Rio Branco. Os oficiais de diversos Setores de Mandados do Rio de Janeiro (SEMAN), convidaram o sindicato para tratar da questão do controle, através de planilha, da indenização de transporte. Ponciano expôs que o Sisejufe tem posição contrária a este tipo de controle, pois o considera adverso à natureza jurídica pelo qual foi criado o adicional.

A indenização de transporte não se confunde com o auxílio-combustível, já que não existe somente para ressarcir despesas com a gasolina no deslocamento do oficial para cumprir diligências. Na verdade, a indenização de transportes existe para que o oficial, através de meios próprios (do próprio oficial ou através de aluguel de veículo de terceiros ou de táxi) cumpra seu serviço prescindindo do veículo oficial. Neste valor, incluem-se gas-



Foto: Max Leone

Contra a burocracia: parte do grupo de oficiais de justiça que acionou o sindicato para discutir a nova planilha

tos como conservação, seguro do veículo e contra terceiros, pedágios, e todo gasto que a máquina pública deixa de fazer, obrigando os servidores a retirar de sua própria remuneração para providenciar os meios de transporte na execução do serviço. Uma boa comparação é imaginar, hoje, a quantidade de viaturas para prover transporte diário de 330 oficiais de justiça e o que isso custaria para o erário. O auxílio-transporte é um gasto que, na verdade, faz com que o Judiciário economize com

aquisição de viaturas, conservação de viaturas, contratação de motoristas, seguro etc.

A argumentação de que a planilha de controle levará à economia nos gastos com a indenização de transporte peca por duas razões. A primeira é que a criação de mais uma rotina burocrática de trabalho, sobrecarrega os oficiais de Justiça com um serviço que gera mais papel e mais desgaste por parte dos servidores internos das SEMANs e do Setor de Pa-

gamento (SEPAG). Em segundo lugar, porque o controle de pagamento da indenização de transporte já é feito através da média mensal de mandados, já que a data de encerramento de um mandado, seja ele negativo ou positivo, não quer dizer que o mandado tenha sido cumprido em um só dia. Para o cumprimento de um mandado, muitas vezes, se fazem necessários vários dias de diligência. A adoção de uma planilha vai contra o princípio de fé pública do oficial, criando uma exigência exa-

gerada. No mesmo momento em que a Justiça Federal tenta se desburocratizar, diminuindo o acúmulo de papéis através de processos em meio eletrônico, o ato de exigir planilhas de acompanhamento vai na contramão e cria mais burocracia e papelada.

O sindicato prepara um recurso com a intenção de que a nova forma de averiguação de cumprimento de mandados não seja adotada, posto que ela é inútil e não vai se mostrar nem eficiente, nem econômica, trazendo aborrecimento e desperdício de energia. O sindicato tentará, até a próxima reunião do conselho, demonstrar que a implantação deste sistema causará constrangimento e desagradará aos oficiais, que já estão sobrecarregados de trabalho. “Caso não consigamos avançar nessa questão, através do diálogo, recorreremos ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em favor dos oficiais do Rio”, diz Roberto Ponciano.

*Da Redação.

TRF informa que pagará reembolso em julho

Auxílio-saúde Sindicato pressiona desde o início do ano para que se cumpra orientação do TCU

Max Leone*

A direção do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) e da Justiça Federal de 1ª Instância divulgaram na intranet que vão começar a pagar, a partir do próximo mês de julho, os valores referentes ao reembolso do auxílio-saúde para os servidores que não usam o convênio oferecido pela Justiça. A informação também foi repassada aos funcionários por correio ele-

trônico. O depósito que será feito no próximo mês é relativo às despesas de junho com planos para o próprio servidor e dependentes diretos. De acordo com o tribunal, os desembolsos de janeiro a maio serão ressarcidos assim que os recursos forem liberados para o TRF.

“É uma vitória do Sisejufe e dos servidores. O TRF e a 1ª instância cumprem o processo adminis-

trativo que o sindicato entrou em outubro do ano passado”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, referindo-se ao pedido aceito de reconhecimento do direito dos servidores do Tribunal Regional e da Justiça Federal de primeira instância feito pelo sindicato ao Conselho da Justiça Federal (CJF).

O sindicato vem pressionando a Justiça Federal desde o começo do ano

para que cumpra uma orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU mandou estender o pagamento dos valores de ressarcimento dos convênios médicos aos funcionários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo do Sisejufe era que todos os servidores fossem ressarcidos das despesas e pelos gastos com planos de saúde não contratados diretamente pelo tribunal.

Em março deste ano, diretores do sindicato estiveram reunidos com a direção do TRF. Na ocasião foram informados de que já havia a determinação para o ressarcimento aos servidores cujo plano não era o oferecido pelo TRF, com critério proporcional ao vencimento do funcionário. Os valores seriam escalonados em R\$ 50, R\$ 75 e R\$ 90.

*Da Redação.

Sindicato discute o excesso de trabalho com a Administração

Justiça Federal

Diretor em exercício afirma que Sistema Apolo “está com os dias contados”

Os diretores do Sisejufe Flávio Pietro, Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano reuniram-se com o diretor em exercício do Foro da Justiça Federal, juiz Alexandre Libonati para tratar do excesso de trabalho nos setores administrativos da Justiça Federal. O sindicato entregou uma lista de casos de excesso de trabalho, que foi relatada em matéria publicada na página de Internet do Sisejufe, e cobrou um maior número de servidores para os setores que têm déficit de pessoal. Libonati concordou com o Sisejufe que o crescimento da Justiça Federal, com a interiorização e a especialização dos cartórios, não foi acompanhado de um aumento proporcional do número de servidores da área administrativa. “No momento não temos nenhum servidor disponível para alocar nesses setores ou vagas para cobrir essas carências”, disse Libonati que, no entanto, apresentou propostas de soluções a médio prazo.

Entre as propostas, a eliminação de uma série de documentos em papel nos vários setores administrativos, que passariam a trafegar eletronicamente. Não só entre os setores da Justiça Federal, como entre a Justiça Federal e entes públicos como Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e o INSS, por exemplo. Com isso, de acordo com Libonati, diminuiriam o número de processos a serem autuados manualmente pela Distribuição, o número de petições a serem recebidas mecanicamente pelo protocolo e o número de correspondência a ser processado pelo SEPEX.

Os funcionários internos da SEMAN também serão beneficiados já que, num breve espaço de tempo, a distribuição de mandados dos

cartórios para os oficiais será automática através de um sistema que vai distribuí-los diretamente para os oficiais a partir do CEP do intimando. Os oficiais acessarão o sistema da Justiça Federal e baixarão seus mandados diretamente do computador. Assim como farão a devolução diretamente nesse sistema. Em compensação, o número de ofícios distribuídos aos oficiais também vai cair. A Justiça está terminando convênios para oficial digitalmente uma série de órgãos públicos.

O sindicato entende que esta não é a solução para o problema de escassez de pessoal e fará pressão no TRF para que aumente o número de servidores lotados nesses setores. O Sisejufe, contudo, não é contrário à modernização dos serviços – o que pode, de alguma maneira, diminuir a estafa dos servidores nessas áreas tão sobrecarregadas.

Na mesma reunião, o Sisejufe encaminhou as reclamações gerais sobre a lentidão e ineficiência do Sistema Apolo. De acordo com o diretor em exercício do foro, o Apolo “está com seus dias contados”. Segundo Libonati, o sistema será substituído pela plataforma nacional de processamento de dados de todos os TRFs.

Os diretores do Sisejufe aproveitaram a reunião para encaminhar a reclamação dos servidores sobre a questão do treinamento. Primeiramente, dos servidores da área administrativa que afirmam que os cursos são feitos prioritariamente para servidores das varas federais e que sempre que buscam vagas constataam que elas foram todas preenchidas por funcionários dos cartórios. Segundo Libonati, esse problema está resolvido porque de agora em diante a Justiça Federal não fará mais cursos



que preparam os servidores para saírem da própria Justiça. Segundo ele, os cursos judiciais que eram oferecidos não preparavam o servidor para trabalhar na Justiça Federal e “apenas lhes dava treinamento para concursos e possibilidade de sair da Justiça Federal”. Os novos cursos serão pertinentes ao trabalho da Justiça Federal. O diretor do foro, inclusive, pediu ao Sisejufe sugerir métodos de treinamento para melhor preparo dos servidores. Por isso, o sindicato conclama a categoria a enviar sugestões sobre os treinamentos mais necessários.

O Sisejufe também encaminhou a reclamação dos servidores do Interior que não têm acesso aos treinamentos. Foi praticamente consenso entre a administração e o sindicato de que o envio de treinadores às varas

do Interior ou mesmo a retirada de servidores para treinamento na capital devido à escassez da mão-de-obra nesses cartórios é improdutivo e caro. O ideal é que se disponibilize o treinamento à distância. Segundo Libonati, o treinamento à distância é “a menina dos olhos da secretária de Recursos Humanos” e será implantado em todo o Interior. O Sisejufe vai agendar encontro com a secretária de Recursos Humanos para detalhar o assunto – que é uma antiga reivindicação do sindicato.

Os diretores do Sisejufe também questionaram o juiz Alexandre Libonati sobre a situação do Plano Nacional de Segurança no que diz respeito ao treinamento e capacitação dos agentes de segurança da Justiça Federal. Libonati disse que está aberto a sugestões e essas podem

ser encaminhadas até o dia 1º de julho. O diretor do sindicato Valter Nogueira Alves informou que o Sisejufe vai encaminhar todo o material já produzido pela entidade sobre o tema.

O Sisejufe considera que houve uma efetiva disposição da administração para tratar dos temas, mas que, infelizmente, não há solução a curto prazo para os problemas apresentados. De acordo com o diretor do sindicato Roberto Ponciano, “a entidade vai continuar acompanhando a situação dos servidores e o andamento das propostas da direção do foro, para fiscalizar se realmente elas vão reduzir a sobrecarga de trabalho na Justiça Federal ou simplesmente não passarão de boas intenções”.

*Da Redação.

4º Sarau Judicial Cool

Sexta-feira – 27 de junho – 19h
no auditório do Sisejufe
av. Presidente Vargas, 509/11º andar
Lançamento do Projeto Prata da Casa
Apresentação do Coral do Sisejufe
Recital de poesia

Participe!

